auxiliar no desenvolvimento do teletrabalho, bem assim os resultados alcançados, inclusive no que concerne ao incremento da produtividade

18. Dito isso, resta-nos DEFERIR ao servidor Jair Pequeno dos Santos, matrícula nº 7001793, Técnico Judiciário, lotado na Secretaria da 2ª Vara Cível de Cruzeiro do Sul, o exercício de suas atividades laborais sob o regime de teletrabalho, no período de 1 (um) ano, com lastro nas Resoluções nº 32/2017, do Conselho da Justiça Estadual, e 227/2016, do Conselho Nacional de Justiça, devendo, para tanto, serem observadas as seguintes regras:

19. À DIPES:

a) para promover o registro da concessão do regime de teletrabalho nos assentamentos funcionais do servidor;

b) para cumprir com a deliberação constante do Art. 8º, II e IV c/c os Arts. 18, 19, 21, 22, 23, 24 e 25, todos da Resolução n.º 32/COJUS/2017.

c) para providenciar a publicação no Portal da Transparência deste Poder do nome dos servidores que se encontram em regime de teletrabalho, devidamente autorizado por esta Presidência, nos termos do Art. 33, da Resolução n.º 32/COJUS/2017.

20. À DITEC:

promover o apoio técnico necessário para que o servidor desempenhe suas atividades, nos termos dos Arts. 16 e 30, ambos, da Resolução n.º 32/COJUS/2017;

21. À Vara da Infância e da Juventude de Cruzeiro do Sul:

a) para implementar as medidas impostas pelos Arts. 9º, 10, 12, 15 e 17, da Resolução COJUSn.º 32/2017, em especial a de aferir e monitorar mensalmente a produtividade e o cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho do servidor;

b) para cumprir com a deliberação constante do Art. 8º, II e IV, da Resolução n.º 32/COJUS/2017.

22. Ao servidor Jair Pequeno dos Santos: para cumprir com os deveres elencados nos Arts. 14, 16 e 29, todos da Resolução n.º 32/COJUS/2017.

23. À SEAPO, para que notifique/intime o interessado sobre o teor desta decisão e também providencie a comunicação da chefia imediata do Requerente.

24. Após, não havendo mais providências a serem adotadas, arquite-se o feito com a devida baixa eletrônica.

25. Publique-se. Cumpra-se

Data e assinatura eletrônicas.

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **WALDIRENE Oliveira da Cruz Lima CORDEIRO**, Presidente do Tribunal, em 25/10/2022, às 17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Processo Administrativo n. 0005449-66.2022.8.01.00001263608v8

Processo Administrativo nº:0008132-76.2022.8.01.0000

Local:Rio Branco

Unidade:ASJUR

Requerente:3a Vara de Família da Comarca de Rio Branco

Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Assunto:Assistente social

DECISÃO

1. Trata-se de expediente - GABJU OF Nº 263/2022 (evento SEI nº 1309436), datado de 14/10/2022, suscrito pela magistrada Maha Kouzi Manasfi e Manasfi, Titular da 3ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco, solicitando a disponibilização de assistente social para atuação nos autos n. 0705253-52.2022.8.01.0001, conquanto inexistente profissional para realizar o estudo de caso.

2. Instada nos autos n. 0007388-18.2021.8.01.0000, a Gerência de Cadastro de Pessoas informou a nomeação de assistentes sociais que compõem o quadro de pessoal deste Poder Judiciário, vindo a informação através do evento SEI nº. 1146591.

3. CIs os autos.

4. É o breve relatório. DECIDO.

5. Pois bem. Visando o cumprimento da prestação jurisdicional indigitada, e sendo tal pedido a critério da conveniência e oportunidade da Administração Pública, ainda, utilizando como critério a ordem sequencial crescente, bem como observando a ordem já utilizada nos autos nº 0007858-15.2022.8.01.0000, defiro o pedido, designando a profissional da 1ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco - Ana Cássia Andrade Caetano (assistente social), para atuar no estudo de caso nos autos n. 0705253-52.2022.8.01.0001.â€.

6. Realça-se que o controle objetivo à referida designação, será realizado por anotação em planilha interna nesta Presidência.

7. Na oportunidade, orienta-se ao(a) gestor(a) da 1ª Vara de Família que elabore um planejamento, de forma, a não ocorrer prejuízo de labor da servidora em questão.

8. Dito isso, atendendo o pleito, à DIPES para expedição da Portaria designativa deferida.

9. Ainda, dê-se ciência desta à 1ª e 3ª Varas de Família da Comarca de Rio Branco, bem ainda a servidora Ana Cássia Andrade Caetano (assistente social), na forma eletrônica.

10. Com essas considerações, após cumpridas as formalidades legais, e não havendo diligência pendente, arquite-se o feito.

11. Cumpra-se. Publique-se.

Data e assinatura eletrônicas

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **WALDIRENE Oliveira da Cruz Lima CORDEIRO**, Presidente do Tribunal, em 25/10/2022, às 17:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Processo Administrativo n. 0008132-76.2022.8.01.0000

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº: 0005710-31.2022.8.01.0000

Local : Rio Branco

Unidade : CPL

Interessado : GEMAT

Assunto : Aquisição de material de limpeza e copa e cozinha para atender às necessidades do Poder Judiciário do Acre.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

1. Após a sessão pública relativa ao PE SRP nº 96/2022, de acordo com a Ata de Realização (id 1309642), Resultado por Fornecedor (id 1309643) e Termo de Adjudicação (id 1309644), o Pregoeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Acre declarou vencedoras do certame licitatório, pelo critério de menor preço por item, as seguintes empresas:

- D L RAMOS, inscrita no CNPJ sob o nº 05.146.814/0001-52, com valor global de R\$ 8.790,00 (oito mil setecentos e noventa reais), sendo R\$ 1.650,00 para o item 18; R\$ 2.100,00 para o item 37; R\$ 720,00 para o item 41; R\$ 180,00 para o item 45; R\$ 1.920,00 para o item 48; R\$ 660,00 para o item 55; R\$ 1.560,00 para o item 62;

- SJ COMERCIO DE UTILIDADES - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 10.614.788/0001-80, com valor global de R\$ 8.700,70 (oito mil e setecentos reais e setenta centavos), sendo R\$ 1.470,00 para o item 2; R\$ 1.971,75 para o item 3; R\$ 2.404,50 para o item 5; R\$ 1.558,50 para o item 6; R\$ 801,45 para o item 7; R\$ 494,50 para o item 33;

- B2G MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.808.990/0001-21, com valor global de R\$ 51.577,500 (cinquenta e um mil quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), sendo R\$ 909,00 para o item 9; R\$ 596,50 para o item 13; R\$ 1.747,50 para o item 21; R\$ 34.897,50 para o item 27; R\$ 5.940,00 para o item 30; R\$ 1.250,00 para o item 38; R\$ 6.237,00 para o item 40;

- BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.584.199/0001-00, com valor global de R\$ 40.722,60 (quarenta mil setecentos e vinte e dois reais e sessenta centavos), sendo R\$ 460,00 para o item 11; R\$ 864,00 para o item 12; R\$ 1.782,00 para o item 15; R\$ 14.550,00 para o item 16; R\$ 891,00 para o item 17; R\$ 717,00 para o item 19; R\$ 891,00 para o item 25; R\$ 1.584,00 para o item 31; R\$ 2.226,00 para o item 35; R\$ 3.243,00 para o item 36; R\$ 296,00 para o item 46; R\$ 402,00 para o item 47; R\$ 396,00 para o item 49; R\$ 253,20 para o item 50; R\$ 544,00 para o item 51; R\$ 2.970,00 para o item 52; R\$ 336,40 para o item 54; R\$ 1.258,00 para o item 56; R\$ 1.678,20 para o item 58; R\$ 1.900,80 para o item 59; R\$ 3.480,00 para o item 61;

- GALAXY BRINDES E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 26.824.426/0001-53, com valor global de R\$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais), sendo este valor para o item 1;

- OMEGA PRODUTOS E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 31.354.105/0001-72, com valor global de R\$ 44.649,00 (quarenta e quatro mil seiscentos e quarenta e nove reais), sendo R\$ 1.053,00 para o item 8; R\$ 1.380,00 para o item 10; R\$ 1.389,00 para o item 22; R\$ 1.389,00 para o item 23; R\$ 1.389,00 para o item 24; R\$ 33.024,00 para o item 26; R\$ 5.025,00 para o item 39;

- KANIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.836.567/0001-80, com valor global de R\$ 12.180,00 (doze mil cento e oitenta reais), sendo este valor para o item 32;

- A. A. RODRIGUES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.474.199/0001-65, com valor global de R\$ 1.770,00 (um mil setecentos e setenta reais), sendo R\$ 510,00 para o item 42; R\$ 600,00 para o item 44; R\$ 660,00 para o item 63.

2. Da leitura dos autos, verifico que restaram fracassados os itens '14', '20', '28', '29', '34', '53', '57', '60', bem ainda desertos os itens '4' e '43'.

3. Assim, considerando o que consta dos autos, acolho o parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Presidência (ID n. 1313186) e, pari passu, HOMOLOGO a decisão apresentada pela pregoeira do certame licitatório.

4. À Diretoria de Logística para lançamento da homologação no sistema COM-PRASNET.